

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas e quinze minutos, na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, na Sala das Reuniões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da Comissão de Justiça e Redação. Compareceram os seguintes vereadores: Lauro Aparecido de Toledo, Tiago de Faria e Willhams Pereira de Moraes. Foram distribuídos para apreciação dessa comissão os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei n.º 87/2024, que denomina logradouro público como Travessa Américo José de Oliveira; Projeto de Lei n.º 88/2024, que denomina logradouro público como Travessa João Saragiotto; Projeto de Lei n.º 89/2024, que denomina logradouro público como Travessa Jasmin; Projeto de Lei n.º 90/2024, que denomina logradouro público Travessa Plínio Franco Corrêa, Projeto de Lei n.º 94/2024, que denomina logradouro público como Estrada Municipal Amadeu Reginato Projeto de Lei n.º 97/2027, que denomina próprio municipal como UBS José Alpi, Projeto de Lei n.º 98/2024, que denomina logradouro público como Rua Lázaro Luiz de Oliveira. O relator, vereador Tiago de Faria, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer e voto: "Concordo com a aprovação dos projetos de leis n.ºs 87, 88, 89, 90 e 94, 97 e 98/2024 pois, além de considerar as homenagens justas, referidos logradouros necessitam de denominação, já que a ausência de endereço restringe a cidadania dos moradores dos locais citados. À vista do exposto, sou favorável às referidas matérias". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida foi distribuído para apreciação dessa comissão o Projeto de Resolução n.º 10/2024, que altera o caput do artigo 2º da Resolução 7 de 22 de novembro de 2023, que "Institui, no âmbito da Câmara Municipal, homenagens aos profissionais da Assistência Social e dá outras providências. O relator, vereador Tiago de Faria, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer e voto: "Sou favorável à normal tramitação da matéria, tendo em vista que é necessário aperfeiçoar a Resolução 7/2023, esclarecendo que serão escolhidos sete homenageados que estejam atuando no Município de Socorro. À vista do exposto, sou favorável à referida matéria". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida foi distribuído para apreciação dessa comissão o Projeto de Emenda à LOM n.º 52/2024, que acrescenta os parágrafos 9º a 16 ao Art. 123 da Lei Orgânica Municipal, para adotar no processo legislativo orçamentário municipal as emendas impositivas previstas na Emenda Constitucional n.º 86, de 17 de março de 2015, e Emenda Constitucional n.º 100, de 26 de junho de 2019. O relator, vereador Tiago de Faria, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer e voto: "Sou favorável à normal tramitação da matéria, tendo em vista que a presente proposição versa acerca de emenda à Lei Orgânica do Município de Socorro, tendo por objetivo incluir em suas disposições o denominado "orçamento impositivo", com fulcro nos artigos 165, 166 e 198, todos da Constituição Federal de 1988. À vista do exposto, sou favorável à referida matéria". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida foi distribuído para apreciação dessa comissão o Projeto de Lei n.º 91/2024, que dispõe sobre a implantação de bicicletários em escolas públicas e privadas de Socorro, conforme as especificações determinadas. Após análise os vereadores resolveram encaminhar um ofício ao Conselho Municipal de Educação com o seguinte

teor: "Venho, por meio deste, solicitar que seja encaminhada cópia do Projeto de Lei nº 91/2024, que dispõe sobre a implantação de bicicletários em escolas públicas e privadas de Socorro, conforme as especificações determinadas (cópia em anexo) ao Conselho Municipal de Educação do Município de Socorro para que emita parecer quanto ao referido projeto. No aguardo, apresento protesto de elevada estima e distinta consideração". Em seguida foi distribuído para apreciação dessa comissão o Projeto de Lei nº 93/2024, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho para funcionários públicos municipais que sejam pais ou responsáveis por crianças portadoras de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Após análise os vereadores resolveram encaminhar um Pedido de Informação ao Senhor Prefeito Municipal, com o seguinte teor: "Nos termos do artigo 185 e parágrafos, do Regimento Interno desta Casa, solicitamos ao senhor Presidente o encaminhamento deste Pedido de Informação ao senhor Prefeito Municipal, referente ao Projeto de Lei nº 93/2024, de autoria dos vereadores Airton Benedito Domingues de Souza e Thiago Bittencourt Balderi (cópia em anexo), objetivando os seguintes esclarecimentos: - A Prefeitura tem cadastro sobre a quantidade de servidores municipais que possuem filhos portadores de TEA? - Em caso afirmativo, qual seria o impacto na carga horária desses servidores? - Caso o projeto seja aprovado ele não ferirá as especificações contidas no edital dos concursos públicos a que os servidores prestaram?" Nada mais havendo a tratar a reunião foi dada por encerrada. Para constar, eu, Daniela Comito Mendes, Assistente Técnica Legislativa, lavrei a presente Ata que assino. a)

Sala dos Vereadores, 24 de junho de 2024.

Lauro Aparecido de Toledo
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Tiago de Faria
Relator da Comissão de Justiça e Redação

Willhams Pereira de Moraes
Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Redação